

# RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO NO INTERNET GOVERNANCE FORUM (IGF) 2023

Evento: Internet Governance Forum (IGF)

Local: Quioto, Japão

Período: 08/10/2023 a 12/10/2023

Participante: Rafael Evangelista

## OBJETIVO

O objetivo desta viagem foi representar a comunidade brasileira de governança da Internet e participar do Internet Governance Forum (IGF) realizado em Quioto, Japão. O IGF é um evento anual que reúne diversos stakeholders para discutir questões relacionadas à governança da Internet.

## PRINCIPAIS ATIVIDADES EM QUE ESTIVE PRESENTE

Dia 0:

Day 0 Event #185 The Internet WE Want: Perspectives from the Amazonian Region

A maioria concorda com a importância de conectar as comunidades carentes à Internet para exercer Direitos Humanos. Contudo, há desacordo sobre como fazê-lo, especialmente em áreas distantes e empobrecidas. A abordagem técnica e econômica do Norte Global é vista como limitada e potencialmente opressiva. Defende-se a importância de ouvir as necessidades locais e respeitar culturas para criar soluções adequadas de conectividade. A pesquisa na Amazônia ilustra os desafios técnicos, econômicos, políticos, culturais e ambientais para a conectividade. O debate buscou soluções inclusivas e sustentáveis para políticas de acessibilidade, o papel dos governos e empresas, e a mitigação de impactos ambientais.

Day 0 Event #82 IGF 2023: Digital Commons for Digital Sovereignty

Os argumentos apresentados pelos palestrantes abordaram diversas facetas da governança da internet e dos bens digitais comuns, destacando a importância da soberania digital, inclusão e autodeterminação. Aqui estão os principais pontos resumidos:

- Necessidade de compreensão ampla da infraestrutura digital pública relacionada à soberania digital, direitos e o papel do Estado na promoção de soluções baseadas na comunidade.
- Importância da infraestrutura física, como centros de dados e satélites, na promoção da segurança digital e soberania, com preocupações sobre a soberania digital liderada pelo Estado, evitando o conflito com o conceito de bens comuns.
- Interoperabilidade entre infraestruturas de diferentes países como um desafio chave
- Promoção da autodeterminação antes dos bens comuns digitais, com um estudo de caso sobre a exploração de dados de pessoas pobres na Índia, destacando o potencial para exploração na ausência de autodeterminação.

- Desenvolvimento de tecnologia de padrões abertos para apoiar a liberdade de pensamento e o estado de direito na era digital
- Construção de infraestrutura que apoia os direitos humanos, argumentando que IA deve servir às pessoas e não ao lucro.
- Criação de plataformas de mídia social alternativas para apoiar as necessidades de refugiados e outras populações vulneráveis, com o desenvolvimento de um framework para apoiar a presença digital dessas populações.

Dia 1:

OPENING SESSION - 9 Oct 2023 02:00h - 04:00h UTC – High Level Panel - IA

Ulrik Vestergaard Knudsen

Knudsen discute o potencial transformador da inteligência artificial (IA) em diversos setores, como ciência, saúde, educação e mudanças climáticas, destacando tanto as oportunidades quanto os riscos associados. Ele enfatiza a importância das iniciativas da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) no desenvolvimento de padrões internacionais para políticas digitais, incluindo IA, que respeitem os direitos humanos e valores democráticos. Knudsen aponta a necessidade de governança e regulações eficazes para gerenciar os impactos da IA, especialmente em relação à IA generativa e seu potencial para criar conteúdo falso e enganoso. Ele também destaca a importância da cooperação internacional e coordenação na formulação de políticas eficazes de IA .

Junji Suzuki

Suzuki relata sobre as discussões dos ministros digitais e de tecnologia do G7 em Gunma Takasaki, focando nas oportunidades e riscos trazidos pela IA generativa e na continuação do processo de IA de Hiroshima. Ele menciona a necessidade de princípios internacionais e um código de conduta para IA, bem como o incentivo à pesquisa e investimento para mitigar os riscos associados à IA. Suzuki também enfatiza a importância da transparência e da divulgação de informações sobre os sistemas avançados de IA por parte das empresas, além de destacar o papel da cooperação internacional e o estabelecimento de um centro de apoio a especialistas em IA sob a Parceria Global sobre IA (GPAI).

Vint Cerf

Cerf enfatiza a importância do compartilhamento de informações sobre o desenvolvimento de IA e ML para seu avanço, destacando a necessidade de maior escrutínio em aplicações de alto risco como na saúde. Ele aponta para a necessidade de transparência na fonte e aplicação do material de treinamento em ML e IA, a relevância de incorporar a causalidade no treinamento e uso de modelos de ML para melhorar o desempenho e a eficiência, e os desafios em determinar funções objetivas e

medir a qualidade dos modelos de linguagem e ML. Cerf também destaca a importância de priorizar a segurança em ambientes de alto risco e a necessidade de abordagens inovadoras para avaliar a qualidade dos grandes modelos de linguagem.

Jun Murai

Murai discute a evolução e o significado da IA em vários domínios, salientando como a IA passou de analisar livros nos anos 70 para analisar dados de mídias sociais e sensores atualmente. Ele aborda a importância da precisão e confiabilidade dos dados, a aplicação de IA em gestão de desastres, e os desafios enfrentados pelo Japão em relação ao envelhecimento da população e a insuficiência das instalações de saúde. Murai enfatiza a necessidade de monitorar a implementação de princípios e códigos de conduta em IA e a importância do envolvimento de terceiros ou entidades independentes nesse processo.

Maria Ressa

Ressa aprofunda os efeitos negativos da desinformação, tecnologia e capitalismo de vigilância, destacando a necessidade de verdade, confiança e uma realidade compartilhada na sociedade. Ela aponta como a desinformação se espalha mais rapidamente que a verdade nas mídias sociais e como as emoções como medo, raiva e ódio amplificam sua propagação. Ressa critica a forma como a tecnologia tem manipulado a racionalidade humana e como o capitalismo de vigilância foi explorado por autoritários, enfatizando a importância de ações urgentes para combater as consequências negativas do capitalismo de vigilância, abordar o viés codificado e defender o jornalismo contra a tirania.

Kishida Fumio

Kishida reconhece o potencial da IA para impulsionar o desenvolvimento socioeconômico e vê a IA Generativa como um marco na história humana. Ele discute o papel do Japão na formulação de políticas econômicas para apoiar o desenvolvimento da IA, enfatizando a importância da solidariedade internacional e da governança equilibrada da IA. Kishida expressa preocupação com os riscos de desinformação e perturbação social trazidos pela IA, destacando a necessidade de medidas proativas para criar um ambiente digital seguro.

Luciano Mazza

Mazza destaca a necessidade de ampliar a inclusão de vozes de países em desenvolvimento no debate sobre IA, apontando para a complexidade dos desafios e a importância de uma representação abrangente para um entendimento compreensivo. Ele salienta a relevância de adaptar modelos de IA para refletir realidades locais, ajustando o treinamento dos modelos com dados que representem com precisão as circunstâncias locais, para que a IA possa servir melhor às necessidades de diferentes regiões e populações. Mazza enfatiza a importância de incentivar e fortalecer ecossistemas de inovação locais para democratizar o mercado e fomentar o crescimento econômico, trabalho decente e desenvolvimento de infraestrutura. Ele expressa preocupação com o potencial da IA para ampliar as divisões econômicas, sociais e digitais entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, destacando a importância do design inclusivo e da participação ativa de vozes

diversas no debate sobre IA. Mazza ressalta a necessidade de engajamento multilateral e colaboração para abordar as desigualdades e promover um debate sobre IA mais inclusivo e coeso.

Dia 2:

Open Forum #30 Intelligent Society Governance Based on Experimentalism

Palestrantes

Wang Jiang, Deputy Director General of Information Technology Bureau, Cyberspace Administration of China [online]

Su Jun, Dean of the Institute of Intelligent Society Governance, Tsinghua University [online]

Simon Jonathan Marvin, Professor at Urban Institute, University of Sheffield and Professor at School of Architecture, Design and Planning, University of Sydney [onsite]

Alessandro Golombiewski Teixeira, Special Adviser of the New Development Bank, Professor at School of Public Policy and Management, Tsinghua University, and former Brazilian minister of tourism and former special economic advisor to the president [onsite]

Huang Cui, Professor, Dean of the Institute of National Intelligent Society Governance, Zhejiang University [online]

Xu Zhiyuan, Deputy Chief Engineer, China Academy of Information and Communications Technology [onsite]

O fórum discutiu a necessidade de um modelo de governança inovador para sociedades inteligentes, impulsionadas pela IA e outras tecnologias emergentes, que seja experimental e iterativo para acompanhar as rápidas mudanças sociais. Foram exploradas lições de práticas políticas relacionadas à IA, com foco em projetos-piloto de políticas em diferentes países, aprimoramento de políticas e regulamentações com base em resultados experimentais, desafios no desenvolvimento de políticas, habilidades e colaborações necessárias para governar a IA, e como os experimentos políticos podem ser desenhados para servir ao interesse público. O fórum buscou trazer governos, instituições de pesquisa, empresas e organizações sociais para discutir estudos de caso e promover a troca de conhecimentos entre países, buscando modelos de governança eficazes, frameworks colaborativos e ferramentas políticas para nutrir uma sociedade inteligente sustentável e humanística, beneficiando cidadãos e comunidades globalmente.

Dia 3:

Main Session on Artificial Intelligence | IGF 2023

Palestrantes

Arisa Ema, Associate Professor, Institute for Future Initiatives, The University of Tokyo

Clara Neppel, Senior Director, IEEE European Business Operations

James Hairston, Head of International Policy and Partnerships, OpenAI

Seth Center, Deputy Envoy for Critical and Emerging Technology, U.S. Department of State

Thobekile Matimbe, Senior Manager, Partnerships and Engagements, Paradigm Initiative

A discussão abordou a necessidade de regulamentações de Inteligência Artificial (IA) serem inclusivas e voltadas para a proteção das crianças, destacando a importância da participação pública na criação de políticas de IA. Foram discutidas as aplicações potenciais da IA generativa na educação de países em desenvolvimento e os desafios de responsabilização e ética associados a sistemas de IA. A conversa ressaltou preocupações com o controle da IA e a importância de uma abordagem multissetorial envolvendo diversos stakeholders no desenvolvimento e regulamentação da IA. Por fim, sugeriu-se o uso de IA para melhorar os sistemas regulatórios governamentais, visando uma governança de IA eficaz, responsável e alinhada com valores humanos.

Dia 4:

Particpei como palestrante na atividade seguinte, organizada pelo CEWEB:

WS #217 Large Language Models on the Web: Anticipating the challenge

Outros palestrantes foram:

- Santana Vagner, Private Sector, Western European and Others Group (WEOG)
- Yuki Arase, Civil Society, Asia-Pacific Group
- Emily Bender, Civil Society, Western European and Others Group (WEOG)
- Dominique Hazaël-Massieux, Technical Community, Western European and Others Group (WEOG)

Abaixo, está minha fala na sessão:

Firstly, I'd like to thank you for the invitation and commend the organizers for the quality of the questions presented in this panel. However, I must say I won't be able to address the complexity of all the issues mentioned in the activity description.

One pressing concern I'd like to address is the proliferation of low-quality content on the internet. The root of this issue, in my opinion, is the financial model that underpins much of the web's content creation. The digital advertising ecosystem, which rewards content creators based on the number of views or clicks, has inadvertently incentivized the production of sensationalist or even misleading content. This is particularly evident in Brazil, where such content has not only misled the public but has also posed significant threats to the democratic process. A case in point is the 2018 elections, during which certain far-right factions adeptly utilized instant messaging groups to disseminate and amplify online content. This content was then monetized, either directly through platforms or indirectly via digital advertising.

Something similar happened in the context of the 2016 US elections, where the actions of Macedonian groups seeking economic gains are well documented.

From the perspective of developed nations or the so-called Global North, these practices might seem distant or even improbable. However, the reality in the Global South, characterized by stark economic disparities and significant currency fluctuations, paints a different picture. There, many individuals, including young professionals, find themselves resorting to producing subpar or misleading content as a viable means of income. This trend isn't limited to mainstream platforms; even alternative media outlets, which traditionally championed unbiased and independent reporting, are succumbing to the allure of increased clicks and the subsequent revenue. The overall quality of content produced in Portuguese, speaking of the case of Brazil, has dropped considerably due to the perverse economic incentives for web publishing.

The advent of Large Language Models (LLMs) further complicates this landscape. There's a growing concern that LLMs might exacerbate the spread of low-quality information. To counteract this, we must re-evaluate and overhaul the existing compensation structures governing web content production. The current business models, especially those of major platforms, have inadvertently skewed the balance, often to the detriment of genuine, high-quality cultural and informational content.

In my capacity as a board member of CGI.br, we have dedicated time and effort to discuss potential legislative actions. Our primary aim is to find ways to reallocate the enormous wealth accumulated by major technology corporations to fund better quality content. We believe that these resources can be instrumental in promoting and sustaining high-quality diverse and inclusive journalism, which is crucial for a well-informed society.

Our team is not just looking for short-term solutions. Instead, we are determined to craft strategies that can overcome the prevailing market incentives, which, more often than not, tend to favor quantity over quality. A substantial part of our discussions focuses on how journalists and content creators can be fairly compensated for their work. Many suggestions on the table are rooted in copyright claims. The core argument here is that many online platforms are reaping significant profits from journalistic content without providing just compensation to those who produced it.

Interestingly, this debate parallels the discussions about the training of Artificial Intelligence systems, especially when it comes to the use of vast amounts of data, often without proper acknowledgment or compensation. While I personally find these arguments compelling and worth considering, the field of journalism introduces its own set of complexities. One of the most pressing issues is defining the boundaries of what truly qualifies as 'journalistic content'. The blurred lines between opinion, fact, and entertainment content make it a daunting task to set universally accepted compensation standards.

I believe that the solution isn't merely to bolster existing copyright frameworks. Instead, we should focus on cultivating an environment that encourages the creation of high-quality content that benefits the collective. In the realm of journalism, this could manifest as public funds, sourced from tech giants but managed transparently and democratically, dedicated to promoting quality journalism. Implementing such a mechanism won't be without its challenges, especially when it comes to defining quality journalism and safeguarding it from undue external influences.

The challenges posed by LLMs are analogous. Take, for example, Scielo, a digital library that offers open access to scientific journals. Initially a Brazilian initiative, it now boasts participation from 16 countries, predominantly Portuguese and Spanish speakers. With over 1,200 open-access journals, it's a treasure trove of information, readily available to LLMs for training purposes. This represents

a significant public investment from the Global South, which is now being harnessed to train technologies predominantly controlled by a select few corporations.

In my view, the answer isn't to restrict access to such invaluable resources. Nor is it feasible to compensate every individual author of these scientific papers directly. Many of these authors are already compensated by their academic institutions to produce publicly accessible knowledge. It's essential to recognize that while LLMs might be the brainchild of major corporations, the knowledge that fuels them is derived from a collective commons.

Thus, our governance solutions should pivot away from individualistic compensation models. Instead, we should champion initiatives that acknowledge the collective essence of knowledge production and channel resources towards bolstering public digital infrastructures.

Along with these public digital infrastructures, we need to establish governance and financing mechanisms that ensure the fulfillment of public and democratic interests. It seems clear that the technological and financial chasm between companies from the Global North and the Global South creates a situation where only states have a realistic capacity to compete. The web, with its open and collaborative nature, was an infrastructure that excited everyone at the beginning of the 21st century due to the possibilities of producing free and accessible cultural commons. However, social media platforms soon emerged with their walled gardens, blocking content interoperability and privately appropriating collective production. LLMs represent a new chapter in this challenge. They appropriate not only the expressed content but also the ways we express ourselves. While LLMs undoubtedly bring benefits and have many uses, leading to their rapid adoption, when used in the context of a weakly regulated advertising and surveillance market formed by distorted economic incentives, they become tools for further production of low-quality content.